

# O LUGAR DO LAZER NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NA CIDADE DE TERESINA

Avance de investigación en curso

Gt 22: Sociologia da infância e juventude

Lila Cristina Xavier Luz  
Tâmara Feitosa Oliveira

## Resumo:

O texto reflete acerca dos objetivos e eixos estratégicos da Política de Juventude em Teresina-Piauí-Brasil, relacionados ao lazer, compreendendo-o como uma dimensão fundamental para a sociabilidade juvenil. Assim, analisamos os principais aspectos da Política Municipal de Juventude como sendo úteis à ação do Governo em benefício de jovens; como o lazer é definido e as estratégias para concretização das atividades a ele relacionadas. Foram referências para estas reflexões, documentos sobre as Políticas Nacional e Municipal de Juventude, entrevista com Secretário de Juventude e observações às atividades de lazer na cidade. As reflexões possibilitam afirmar que o lugar do lazer na cidade, sobretudo para a juventude, ainda é precário, sem espaços, sem recursos para as políticas para este segmento.

**Palavras chaves:** Juventudes; Políticas Públicas; Lazer

## I-INTRODUÇÃO

A partir dos anos da década de 1990, o aumento da população considerada jovem tendo como referência os padrões etários, bem como, a diversidade de problemas relacionados às condições de vida dos jovens, coloca o tema da juventude em evidência no espaço público brasileiro. Neste contexto, é visível o agravamento da condição juvenil, onde os jovens são vistos ora como vítima, ora como protagonista de problemas sociais.

No Brasil, os primeiros traços que marcam a preocupação do Governo Federal, com a construção de Política Pública para Juventude, foram dados a partir de 2005, com a criação do Conselho Nacional de Juventude e da Secretaria Nacional de Juventude. Fundamentados em dados de um estudo realizado junto a jovens de idade entre 15 e 24 anos, foram elaborados os primeiros programas sociais voltados ao atendimento das necessidades apontadas pelos jovens.

Com o objetivo de entender como a Política de Juventude está estruturada na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, preocupa-nos nesse estudo, analisar objetivos e eixos estratégicos do Plano, relacionados ao lazer para a juventude, por compreendermos ser o lazer uma dimensão fundamental para a sociabilidade juvenil.

Para tanto, nos debruçaremos em analisar os principais aspectos identificados no Política Municipal de Juventude da cidade de Teresina, apreender e analisar como o lazer é definido e as estratégias para concretização das atividades referentes a essa dimensão da vida dos jovens. Entendemos que a prática do lazer é de grande importância para a juventude, por ser um espaço/tempo privilegiado, para “escapar” das amarras do cotidiano, mas também para construção de identidades e sociabilidades entre os jovens, conforme destacam Abramo (2005), Carrano (2003), Araújo (2002), estudiosos da juventude. Para estes autores é no lazer que as juventudes constroem suas identidades de forma mais autônoma, além disto, as sociabilidades são desenvolvidas e pode ser também momento de articulação entre eles mesmos e, sobretudo, de criação.

## II- PONTUANDO ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE

Teresina é considerada a cidade mais importante, do Estado do Piauí, do ponto de vista econômico. Em parte, esta importância decorre do fato de a cidade ser a capital e sede da administração pública desse estado, mas também em razão de a mesma ser a mais populosa do estado. Nestes termos, a cidade ostenta os maiores *rankings*: maior setor do comércio varejista, maior pólo de saúde pública e privada, maior renda *percapita*, maior frota de veículos automobilísticos, maior parque industrial, dentre outros. Tudo isto exige dos gestores da cidade, certo protagonista em relação a implantação de políticas públicas para atender a população nela residente, mas também aquela residente em seu entorno.

Em relação às políticas públicas, sabemos que em esfera nacional tem sido significativo o esforço no sentido de delimitar políticas em várias áreas, como aquelas na saúde, educação e assistência social. Também não tem sido diferente o esforço dos gestores nacionais em atender demandas, demarcando políticas, para diversos segmentos sociais como: criança e adolescente, idosos, mulheres e jovens. O desenho dessas políticas tem sido demarcado pela implantação de conselhos, realização de conferências e definições de diretrizes e ações programáticas, que balizam a elaboração de projetos em conformidade com as realidades dos territórios em que estão situados esses segmentos populacionais. A consistência dessas políticas torna-se mais visível com a construção dos Planos Nacionais, que não apenas explicitam objetivos, mas também definindo prioridades para ações num determinado período.

No caso das políticas de juventudes, objeto dessas reflexões, a partir dos anos 2000, também é visível o esforço dos gestores nacionais no sentido de demarcar uma política pública voltada ao atendimento das demandas desse segmento. Assim, o primeiro passo que marcam essa preocupação, data de 2005, mediante a criação do Conselho Nacional de Juventude e da Secretaria Nacional de Juventude. Fundamentados em dados de um estudo realizado junto a jovens de idade entre 15 e 24 anos, foram elaborados os primeiros programas sociais voltados ao atendimento das necessidades apontadas por eles jovens. A intenção do governo nacional era de consolidar uma política capaz de assegurar os direitos dos jovens e criar oportunidades para que eles exerçam, na prática, o papel de protagonistas nos projetos prioritários do país.

Como parte desta iniciativa, foi criado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), considerado a primeira proposta de política pública, vinculada à Secretaria Nacional de Juventude. Inicialmente o Programa foi pensado como ação emergencial, visando atingir uma grande parcela da população juvenil não atendida pelos programas governamentais existente até então. Em 2008, o ProJovem foi estruturado, passando a ser denominado de “Projovem Integrado”. Constituído de quatro modalidades, destina-se a atender jovens com diferentes perfis. Cada uma dessas gerida por um órgão federal diferente, porém com parceria de estados e municípios.

Nos anos subsequentes, os movimentos de juventude organizados nos estados e municípios fortaleceram o debate em torno da consolidação de uma política nacional de juventude, destacando, dentre outras, a necessidade da aprovação do Plano Nacional e do Estatuto da Juventude. Este último, só foi aprovado apenas neste ano de 2013.

O projeto de lei que trata sobre o Plano Nacional de Juventude, determina que nos diversos estados, municípios e no Distrito Federal se elaborem e aprovem os respectivos planos decenais para a população juvenil, com base nas prioridades definidas. Em 2011, foi realizada a 2ª Conferência Nacional de Juventude, tendo como eixo os temas: Juventude - Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional; Plano Nacional de Juventude: prioridades 2011-2015; e Articulação e Integração das Políticas Públicas de Juventude. O Plano tem como objetivo buscar soluções para o

enfrentamento das problemáticas juvenis, bem como propor ações e metas, nos diferentes âmbitos da gestão federal, estadual e municipal, para inserir os jovens no processo de desenvolvimento do país.

Como finalidade, o Plano define a emancipação da juventude, fato bastante evidente, nos eixos e proposições constantes do relatório da última Conferência que traçou as diretrizes da Política Nacional de Juventude para o decênio em curso. Nessa conferência, a preocupação com os direitos dos jovens está explicitada em quatro dos cinco eixos constantes das proposições finais, a saber: direito ao território, à experimentação e qualidade de vida, à diversidade e à vida segura e à participação. O quinto eixo refere-se ao desenvolvimento integral, cuja dimensão principal está voltada para a consolidação e interiorização de ações marcadamente em curso no âmbito da política.

É inquestionável considerar que o esforço do governo nacional no sentido de demarcar a política de juventude, vem se ampliando e, sobretudo, tem provocado mudanças de paradigmas ao reconhecer jovens como sujeitos de direitos e em condições de protagonistas de suas políticas, na medida em que a participação dos jovens tem ganhado cada vez mais destaque como na realização das Conferências.

Nos últimos dois anos, o debate promovido em torno da consolidação da política de juventude, resultou na sanção, dia cinco de agosto, pela presidenta da república, da Lei 12.852/2013, relativa ao Estatuto da Juventude. O Estatuto dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

Sem dúvidas, o Estatuto é um instrumento legal necessário para aprofundar direitos já previstos em leis, como por exemplo: educação, trabalho, saúde e cultura. Assim, determinadas necessidades de jovens devem ser atendidas, respeitando suas trajetórias e a diversidade inerente à condição juvenil. Ao mesmo tempo, o Estatuto assegura novos direitos, como aqueles relacionados à participação social, a questões do território, à livre orientação sexual e à sustentabilidade.

Em grande parte dos municípios brasileiros, bem como, tal política vem sendo paulatinamente estruturada, observando as diretrizes da política, a municipalização de ações, a criação dos conselhos de direitos onde é assegurada a participação da sociedade civil organizada, a criação e manutenção de programas específicos, de fundo, dentre outras questões relacionadas a demarcação da política nos âmbitos estadual e municipal.

Ante ao exposto, indagamos: como tem ocorrido a implantação da política pública de juventude na cidade de Teresina? Que eixos programáticos têm sido priorizados? E o lazer, como tem sido pensado? Tem lugar nessa política no município de Teresina? Tudo isto exige, uma reflexão sobre as políticas públicas desta cidade para a categoria juvenil, visto que nela também vive a maior parte da população juvenil do Estado.

### **III- A IMPORTÂNCIA DO LAZER PARA A JUVENTUDE**

O tema lazer tem surgido bastante na mídia, mas por outro ângulo. A importância oferecida a esta dimensão da vida aparece direcionada para a obtenção de lucros e conformismo da população. Isso, ganha relevância quando o lazer é para juventude, pois como já nos afirmava Melo (2003), a juventude hoje é “nicho de mercado”. Entretanto, neste artigo, queremos ressaltar a importância do lazer para a juventude sob uma outra dimensão, a partir das possibilidades que este espaço/tempo também oferece, possibilita que os jovens construam suas identidades, definam sociabilidades e possam refletir sob a ordem vigente, de forma a questionar, problematizar e até mesmo se articularem com vistas a lutarem por mudanças.

Neste sentido, compartilhamos da angústia de Gomes e Isayama(2003) sobre a possibilidade de vivência passiva do lazer em todas as fases da vida, no entanto, aqui registramos nosso foco na juventude. Para tanto, é preciso esclarecermos o que compreendemos como lazer, evitando assim, o equívoco proposital, ou não, cometido pelas empresas, reforçado pela mídia e apoiado pelo

Estado, de que o lazer seja sinônimo de alienação, estratégia de alheamento da realidade. Esta concepção compromete “a vivência crítica e criativa do lazer.” (GOMES e ISAYAMA, 2003, p.155). Entendemos que o lazer pode ser sim um instrumento educacional, que possibilita reflexões que visam modificar a sociedade, como nos afirma Marcellino (2008, p.13): “Embora não de modo exclusivo, é particularmente no tempo de lazer que são vivenciadas situações geradoras de valores que poderiam ser chamadas de “revolucionárias”.

Nossa compreensão parte dos autores Norbert Elias e Dunning (1992), além disto, ampliamos nossa olhar amparadas nas contribuições de Marcellino (1996, 2006, 2008), Melo(2003) e outros.

A primeira observação sobre o lazer, a partir de Norbert Elias e Eric Dunning é que o lazer não dever ser compreendido como um momento aliviador de tensões, mas de busca de mais tensões, porém, essas tensões do lazer, seriam agradáveis, diferentemente das tensões vivenciadas no cotidiano. Essa concepção de Elias e Dunning confronta a tradicional concepção de lazer, como momento para relaxar, para descanso das tensões com vistas a um melhor aproveitamento no trabalho.

Nas sociedades industriais houve uma diminuição de situações que possibilitavam viver mais excitações no cotidiano, como por exemplo, a fome, as pestes, todos esses ‘infortúnios’ possibilitavam as pessoas nas sociedades tradicionais a passarem de um extremo ao outro, vivenciando assim tensões frequentemente. Já nas sociedades industriais, a capacidade de muitas vezes ‘controlarmos o futuro’, evitarmos as pestes, nos prevenirmos em relação a fome, por exemplo, diminuíram assim as tensões e aumentou assim o controle, sobretudo, o autocontrole. Já não podemos manifestar a qualquer momento qualquer excitação em público, existe o momento certo para isso, esse momento só cabe no lazer, e ainda assim de forma controlada, mas, um controle mais afrouxado do que o verificado nas outras dimensões da vida como no trabalho, na escola.

Portanto, o lazer nas sociedades industriais, de acordo com aqueles autores, é momento de vivenciar as emoções em menor controle social e menor autocontrole, no lazer é permitido vivenciar a excitação e isso foi acordado socialmente. Pois, com o avanço do Estado, o controle social e o autocontrole se potencializaram ainda mais. Diante disso, o lazer aparece como o momento em que as restrições são mais leves, em que o controle é menor, porém, os autores são enfáticos em afirmar que ainda assim esses momentos não estão livres de regras, o que fica claro se excedermos, caso isso ocorra o indivíduo pode ser considerado louco ou ‘fora da lei’, restando interná-lo em um manicômio ou na prisão.

Neste sentido, é possível compreendermos porque o lazer aparece como possibilidade de refletirmos sobre a realidade, que repensemos o nosso cotidiano, que nossas identidades sejam construídas. As regras no lazer estão mais frouxas, como afirma Carrano (2003), os “[...] os lazeres são vividos pelos jovens como uma oportunidade de afrouxamento ou suspensão das tensões impostas pelos processos de regulação moral e da denominada educação civilizante!” (p.140). Além disto, no lazer podemos “escolher” (mesmo que de forma limitada) o que fazer nesse momento, como afirma Marcellino(1996) e outros, uma escolha descompromissada, com um fim em si mesma.

Desta forma, o lazer não é apenas fruição, mas também momento possível de construção de identidades, sociabilidades, de autonomia e, também, como estratégia educacional, sobretudo para a juventude. Esta concepção de lazer é encontrada em estudiosos de juventude, como Abramo (2005).

Segundo a autora é necessário compreendermos o lazer a partir do viés contrário de “tempo social potencialmente negativo”, esta é a abordagem muitas vezes realizada pelo Estado. O tempo do lazer, na verdade ganha relevância quando observamos que nele a liberdade de escolha é imprescindível. A importância do lazer para a juventude é clara quando observarmos que é neste momento que: “[...]os jovens constroem suas próprias normas e expressões culturais, ritos, simbologias e modos de ser que os diferenciam do denominado mundo adulto.” (ABRAMO, 2005, p.176).

Ainda, no universo de estudiosos de juventude, Carrano (2003) também destaca em seu trabalho a importância do lazer enquanto “[...]espaço/tempo privilegiado de elaboração de identidade pessoal e coletiva” (p.138). Isso acontece, conforme destaca o autor, porque o lazer é um momento em que é possível a representação ou apresentação da realidade social por meio do lúdico e da fantasia.

Carrano (2003), ao refletir sobre juventude, compartilha com Abramo (2005), e destaca que os três elementos básicos que se “combinam nas atividades colocadas em jogo no lazer são: a sociabilidade, a mobilidade e a imaginação” (p.139). Frente a estas ideias é inegável que o lazer possibilita a criação, a reflexão, a inquietação, entretanto, os serviços de lazer oferecidos pelo mercado e com o apoio do Estado tem sido oferecido na busca de lucros e aceitação da ordem.

Diante disso, as reflexões Gomes (2004) são imprescindíveis: “Por um lado, o lazer pode contribuir para o mascaramento das contradições sociais, mas, por outro, pode representar uma possibilidade de questionamento e resistência à ordem social injusta e excludente que predomina em nosso meio.” (p.125) Porém, defendemos o investimento em políticas públicas de lazer para a juventude, porque compartilhamos de Gomes e Isayama (2003) de que é no momento do lazer que os jovens se organizam para resistirem à opressão e dominação aparentemente relacionadas à juventude.

#### **IV-AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO BRASIL**

Os estudos sociológicos no Brasil sobre lazer ocorreram tardiamente e de forma tímida, o que fica bem claro quando observamos as políticas públicas para este setor, ainda escassas e precárias.

Marcellino (2008) aponta a primeira vez que o tempo do não trabalho apareceu em nossa legislação, isso foi com a Constituição Federal de 1934, além disto a Constituição de Federal de 1937 traz o repouso semanal no domingo. Mas, vai ser com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que o descanso as férias e o finais de semana ganham relevância. Entendemos que essas considerações podem ser vistas como um avanço, na medida em que observamos a exploração do trabalhador naquele momento, entretanto não podemos nos esquecer que a CLT foi um instrumento de controle dos trabalhadores, e para esses momentos do não trabalho o governo assistencialista, sobretudo, na época da ditadura oferecia serviços para garantir esse controle ainda mais.

Nos anos 60 e 70, Marcellino (2008) ressalta a aliança entre as políticas de esporte, educação física e lazer, o que fica claro com a obrigatoriedade de um professor de educação física nas escolas. Entretanto, lógica dos serviços de lazer continuava na mesma de garantir o conformismo dos trabalhadores, o que foi fortalecido com um Estado Burocrático e autoritário daquele momento. As ações eram “[...] setorializadas, institucionalizadas e marcadas pela promoção de eventos esporádicos que tinham como contrapartida atitudes conformistas dos usuários.” (p.84)

No Brasil, de acordo com Gomes, C. M.. (2008) os estudos sobre lazer ganharam relevância em 1970. O grande influenciador foi o sociólogo francês, que possui diversas obras sobre lazer, JoffreDumazedier, a partir de sua participação em seminários internos realizados pelo SESC, principalmente em São Paulo. Entretanto, como nos afirma Carvalho (2010) mesmo o lazer até meados da década de 1950 sendo um fenômeno pouco enfatizado, é nesta década que o lazer começa a ser tratado como “[...]um fenômeno social relevante para a manutenção do bem estar [...]” (p.6) a partir de precursores como Inezil Marinho, EthelBauzer Medeiros e Arnaldo Sússekind, esses se destacaram sobretudo na construção de projetos, na construção da Consolidação das Leis de Trabalho, enfim, situações em que o lazer aparece em cena. Além disto, algumas obras pontuais já tentavam trazer o tema ao debate, por exemplo, a obra de José Acácio Ferreira, em 1959, intitulada: Lazer Operário.

E será nos anos 70 que a discussão de fato começa a acontecer, a partir de produções científicas e encontros. Muito embora, o SESI nos anos 70 preocupou-se em desenvolver “[...] uma política direcionada ao lazer dos operários objetivando minimizar as insatisfações entre o empresariado

e a classe trabalhadora. “(CARVALHO, 2010, p.9) Portanto, as ações para o lazer eram pautadas com vistas a assimilação das normas pelo operariado e conformismo diante de suas situações de opressão.

Nos anos 80, as discussões sobre lazer e ações para essa área se ampliaram e o lazer passa a ser uma fonte de lucros, o grande “filé” nos negócios. Nesta mesma década ocorre a implantação do lazer enquanto direito social na Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã. Além disto, ele também se encontra nesta mesma condição em quase todas as constituições estaduais e leis orgânicas dos municípios brasileiros, é o que nos assegura Marcellino (2008). O que representa um avanço para nosso país, mesmo diante de tantas limitações.

Neste sentido, o autor chama atenção para as escassas ações e os poucos recursos para efetiva garantia deste direito. É de conhecimento de todos que diante de uma política de hierarquização de necessidades, a qual é bastante criticada por diversos estudiosos do lazer, sobretudo os aqui citados, o lazer aparece como uma dimensão menos importante, em local sempre inferior, o que fica claro com a ausência de políticas públicas nessa área ou a substituição dessas por Calendários de Eventos, como o autor chama atenção e que é possível encontrarmos na nossa cidade, Teresina.

Ainda, tomando como referência Marcellino (2008), as políticas públicas de lazer devem ser construídas a partir de um trabalho integrado dentro das próprias secretarias, como também, entre as secretarias, “[...] uma vez que o lazer está ligado à educação, à saúde, à habitação, ao transporte, ao serviço social.” (p.27) Além de outras questões como a reordenação do tempo. Investir em políticas públicas de lazer não vai resolver todos os problemas, mas “[...] a partir dele, da sua vivência, tenhamos a denúncia da realidade injusta e o anúncio de uma nova ordem social possível de construção coletiva, também alegre e prazerosa. (p.29)

Com a intenção de ressaltar a ausência de políticas públicas neste setor ou a precariedade das existentes, trazemos aqui os resultados de uma pesquisa realizada por Borges; Silva e Venturim (2012) na qual os autores verificaram o caráter funcionalista e utilitarista em três programas pesquisados. Esses programas são pensados como uma forma de suprir diversas opressões, carências materiais, negação de direitos vivenciadas pela população.

Neste sentido, nos preocupa ver tanto avanço nas leis, mas, quando se verifica os programas encontramos a intencionalidade da política pública ainda seguindo passos antes da garantia do lazer como direito social. As políticas públicas de lazer no Brasil, quando existem, nos parecem ainda tem como objetivo garantir o conformismo e no caso da juventude, tolher a possibilidade de refletirem sobre seus cotidianos e irem à luta, como já afirmava Melo (2003), os investimentos em lazer e cultura são escassos porque representam perigo para a ordem vigente.

## **V- O LAZER NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE EM TERESINA**

Marcellino (2008) questiona em sua obra Políticas Públicas de lazer: “Qual o lugar do direito ao lazer nos órgãos de governo?” Neste artigo nossa pergunta se restringe ao lugar do lazer nas políticas públicas para a juventude, principalmente após apontarmos a importância desta dimensão da vida para este segmento.

A nossa inquietação sobre o lugar do lazer na nossa cidade, sobretudo, nas políticas públicas para a juventude, vem da visível ausência de espaços públicos de lazer na cidade de Teresina e por outro lado a apropriação dos shoppings, bares, pubs desta dimensão da vida humana, e esses tem apenas um objetivo, o lucro e são apontados pela mídia como o verdadeiro lazer.

Cientes dos prejuízos que esse tipo de investimento no lazer pode causar, como: maior auto-controle, tolhimento das nossas articulações, não possibilidade de refletirmos e questionarmos a ordem vigente; é que nos interessamos em conhecer o que o governo tem planejado para a juventude no que se refere ao lazer.

Defendemos a ideia da necessidade do Estado investir em equipamentos públicos de lazer, compartilhamos assim das reflexões de Marcellino (2008) quando este coloca que: “O lazer abre múltiplas possibilidades. É preciso ações que se contraponham às da indústria cultural, na maioria das vezes explorada do lazer mercadoria, do entretenimento na sua pior conotação.” (p.34). Além disto, investir na conexão entre as diversas secretarias, o lazer não tem como ser investido de forma isolada, para que a política pública neste setor seja eficaz e tenha efetividade é necessário uma troca com as outras políticas como de Saúde, Educação, Transporte.

Munidas dessa reflexões realizamos entrevista com o atual secretário executivo da Secretaria Municipal da Juventude(SEMJUV) e tivemos acesso a relatos de conferência, nos quais estão as bases para as atividades da SEMJUV, de acordo com o próprio secretário.

A SEMJUV foi criada em 2007 com anseio de possibilitar acesso às Políticas de Juventudes no município de Teresina, de acordo com o relatório da segunda conferência que ocorreu em 2011. O mesmo documento informa que as políticas públicas planejadas por esta secretaria “devem criar condições para que as juventudes participem da vida social, econômica, cultural e democrática da cidade de Teresina.” (p.4)

O atual secretário executivo nos falou sobre o principal papel desta secretaria:” -ela é uma secretaria que eu digo é até essencialmente de articulação...” As atividades da secretaria, de acordo com a fala do entrevistado são baseadas na Política Municipal da Juventude, a qual se referencia no tripé construído pelo Conselho Nacional de Juventude: Desenvolvimento Integral do Jovem, Qualidade de Vida da Juventude e Valorização da Diversidade com vida segura, e ainda a participação do público-alvo e preocupação com a geração de oportunidades.

Além disto, a Política Municipal de Juventude em Teresina estrutura-se em seis pressupostos: A participação da sociedade; Ser uma política de Estado;3-As faixas etárias de referência: jovens entre 15 e 29 anos; O desenvolvimento das potencialidade juvenis; 5-Pacto Intergeracional;6- Transversalidade e Enfoque Juvenil.

Faz parte ainda da Política Municipal de Juventude as bandeiras levantadas na I Conferência Municipal de Políticas Públicas de Juventude, ocorrida em Fevereiro/2008 e do I Encontro Municipal de Juventude- ‘Juventude e Participação: Fortalecendo Diálogo e Construindo História’, realizado em Maio/2010. Nestes momentos foram estabelecidos os seguintes Eixos Estratégicos: Fomento ao acesso à Cultura, ao Esporte e ao Lazer; Qualificação para o Mundo do Trabalho, Geração de Renda e Empreendedorismo; Empoderamento, Autonomia, Emancipação e Protagonismo da Juventude; Ampliação do Acesso à Escola e às Instituições de Ensino Superior e de Elevação da Escolaridade; Valorização da Diversidade com Vida Segura e Direitos Humanos; Promoção da Qualidade de Vida Saudável para a Juventude; Acesso e Promoção da Tecnologia da Informação e da Comunicação para Juventude.

É visível o quanto avançamos pelo menos legalmente no estabelecimento de direitos e construção de políticas para a juventude. Os eixos estratégicos, os pressupostos, todos indicam uma preocupação em atender uma juventude heterogênea, mas sobretudo, uma juventude participativa. Neste sentido, compreendemos como um avanço, um ganho para a sociedade teresinense construir sim uma política pública para a juventude juntamente com seu público-alvo e ainda, uma política complexa que visa atender a juventude em sua completude.

Entretanto, não devemos parar por aqui, como esses eixos estratégicos, os pressupostos e todas essas conquistas estão sendo garantidas? Onde estão os projetos, as ações que concretizam esse avanço? Nossa entrevista com o secretário executivo da SEMJUV foi em busca dessas respostas, focando nas ações e políticas para o lazer da juventude. Porém, nos deparamos com uma secretaria que está se estruturando somente agora. Mesmo existindo desde de 2007, o atual secretário executivo da mesma, que assumiu essa função em janeiro de 2013, afirmou que agora que construíram o regimento interno, o organograma e outros documentos básicos para uma secretaria começar a funcionar.

Esta informação nos possibilitou refletir sobre a existência de uma secretaria municipal para a juventude. O que pode ser observado como uma vitória para o segmento, por outro lado traz a inquietação de que as políticas de saúde, de educação, de lazer, entre outras, devem atender a toda a população, então como anda o serviço nas outras secretarias para que seja necessário uma secretaria apenas para a juventude? Parece-nos que a secretaria quando criada em 2007 acabou por atender projetos eleitoreiros e não à própria juventude.

Durante grande parte da entrevista foi possível observar angústia no atual secretário, que por sinal, estava com muitas ideias para muitos projetos, até porque chegou à secretaria e não encontrou nenhuma política para que pudesse continuar. Entretanto, ele afirmou por inúmeras vezes esbarrar numa grande limitação: recursos. “-O nosso orçamento é o mínimo do mínimo.” O que não consideramos nenhuma novidade quando observamos os poucos recursos destinados para a juventude e outros segmentos como mulheres, negros. Inclusive a SEMJUV encontra-se em trigésimo terceiro lugar dentre as 35 secretarias quando a questão são os recursos, informação prestada pelo entrevistado.

Neste sentido, se os recursos para a secretaria são escassos, devemos refletir sobre os recursos destinados por esta secretaria para o lazer. Lembrando que estamos numa sociedade que definiu uma hierarquia de necessidades, na qual o lazer encontra-se péssimo lugar. Diante disso, a juventude como um todo é que mais sai perdendo, e aqueles que lucram com a manutenção da ordem vigente são os principais beneficiados.

Além desta dificuldade, ele nos relatou que precisavam cumprir algumas “tarefas” como a construção do regimento interno, a leitura dos relatórios quantitativos deixadas pela gestão passada, entre outras atividade burocráticas, porém, necessárias.

Apresentadas estas limitações, dificuldades, ainda assim, a secretaria tem realizado algumas atividades e estabelecido parcerias e construído metas. Observamos dentro os projetos que a SEMJUV tem se articulado com outras secretarias como a secretaria municipal do trabalho, da cidadania e assistência social (SEMTCAS) e com a secretaria municipal de esporte e lazer (SEMEL). É visível uma preocupação com o primeiro emprego dos jovens de classes populares e a primeira habitação do mesmo público. O que também não nos causa estranhamento, já que o emprego, o trabalho, são os principais focos das políticas para a este segmento.

Em relação a projetos que se voltem para o lazer e cultura da cidade, esses ainda estão surgindo, e de forma bastante precária, sempre esbarrando nos problemas já referidos. São atividades pontuais, como cobrir quadras de futebol na cidade, algumas intenções de projetos voltados para a zona nobre da cidade, mas, de concreto temos a participação somente agora da secretaria nas Praças da Juventude, as quais são frutos de um projeto do governo federal, que pretende agregar serviços em praças para este segmento. No caso de Teresina teremos direito a duas praças.

Porém, chamou nossa atenção de forma positiva, a preocupação do secretário com a utilização dos espaços públicos:

-Secretário executivo: a gente tem como proposta SEMJUV, é...utilizar os espaços públicos. Uma outra coisa que a gente observou é que a SEMJUV fazia muita parceira com as empresas privadas e abandonava os espaços públicos. Aqui a gente tinha programas que funcionavam dentro do espaço privado. Se nós temos escolas públicas que tem capacidade também... Então a gente não tem mais nenhum convênio...”

Essa fala, revela uma postura que a secretaria tem assumido nos últimos meses, o que de fato, interfere nas ações realizadas pela mesma, o que de fato pode ser sentido na concretização dos direitos para a juventude. A preocupação com os espaços públicos e a decisão de não assumir convênios com espaços privados, mesmo sendo apenas cinco anos após a criação da secretaria, nos traz



esperança e indícios de que o lazer e a juventude vão ganhar bastante e que, caso essa postura permaneça, a configuração do lazer da cidade pode mudar e o cenário cultural da cidade possivelmente será outro, com mais investimentos nos equipamentos públicos de lazer ou que podem vir a ser, como as escolas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, é possível observarmos que as políticas públicas de lazer no Brasil constantemente tiveram como objetivo alcançar o conformismo da população. No caso da juventude é importante refletirmos sobre os prejuízos trazidos com tal postura, porém não podemos esquecer como bem lembra Melo (2003) que a juventude muitas vezes resignifica esses limites, criando, inventando. No entanto, nossa intenção com este artigo foi apresentar o lugar do lazer nas políticas de juventude na cidade de Teresina.

Verificamos que a secretária municipal da juventude-SEMJUV já é tratada como uma secretaria menor, de pouca importância e dentro da mesma o lazer não tem tido grande importância, no entanto, algumas posturas diferenciadas como a valorização dos espaços públicos representam um avanço.

Porém, enquanto os projetos na área de lazer para a juventude não ganham relevância, o lazer na cidade de Teresina tem sido vendido e as escassas iniciativas da cidade revelam para quem é o lazer da mesma, para as elites.

Será que uma das causas determinantes para a falta de investimento não seria por conta do lazer possibilitar o questionamento da ordem vigente? Será que o lugar oferecido ao lazer na cidade de Teresina, que é o lugar do lucro e da busca pelo conformismo não tem interesse em evitar essa possibilidade? Em tolher a o tempo/espaço dos jovens possível de questionarem, se articularem?

## BIBLIOGRAFIA

- Abramo, Helena W. et. Al. (orgs.).(2005) Cultura do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. IN: *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo, Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo. p. 175-214.
- Araújo, Lídice Maria Silva de. (2002) Práticas de Lazer e Sociabilidades IN:*Os Jovens do Recife e o lugar de cada um*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-PUC/SP. São Paulo. p. 181-216.
- Borges, C.N.F.; SILVA, D. S.;Venturim, L.F. (2012). O papel do Estado brasileiro nas políticas públicas de lazer entre o período de 1988-2009. Coletânea do XIII Seminário ‘O Lazer em Debate’. Belo Horizonte. p.29-35.
- Carrano, Paulo César Rodrigues.(2003)*Juventudes e cidades educadoras*.Petrópolis, Vozes. p.109-156.
- Carvalho, R.M.B. (2010) O Contexto histórico das políticas públicas de lazer no Brasil. Licere: Belo Horizonte.v.13, n.4.p.1-16.
- Dunning, E &Elias, N. (2000)*A busca da excitação no lazer*. Lisboa: Memória e sociedade. Porto: Editora Afrontamento.
- Gomes, Christianne. Luce.;Isayama, Hélder Ferreira; Stoppa, EdmurAntonio.(2001). *Lazer e Mercado*.Campinas: Papirus.
- \_\_\_\_\_. (2009) O lazer e as fases da vida.Coletânea: X Seminário: “O lazer em debate”. Belo Horizonte. p. 155-174.

Gomes, Cristina Marques. (2008) *Dumazedier e os estudos do lazer no Brasil: breve trajetória histórica*. Coletânea IX Seminário: O lazer em debate. Acessado em 12 de janeiro de 2013:[http://www.ufsj.edu.br/portalrepositorio/File/dcefs/Prof. Adalberto Santos/1-dumazedier\\_e\\_os\\_estudos\\_do\\_lazer\\_no\\_brasil\\_breve\\_trajetoria\\_historica\\_12.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portalrepositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos/1-dumazedier_e_os_estudos_do_lazer_no_brasil_breve_trajetoria_historica_12.pdf)

Marcellino, Nelson Carvalho.(1996)*Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas:

Autores Associados.

\_\_\_\_\_. (org.) (2008).*Políticas Públicas de lazer*. Campinas: Editora Alínea.

Melo, V. A. de. (2003) *Lazer e minorias sociais*. São Paulo: IBRASA.